



JUVENTUDE, TRABALHO E EDUCAÇÃO: DA COMUNIDADE RURAL DE ALECRIM À RURALIDADE BRASILEIRA

Sicleide Gonçalves Queiroz¹
(DEDU/UEFS)

Maria Cleonice Barbosa Braga²
(DEDU/UEFS)

RESUMO: *O presente artigo foi produzido a partir de uma pesquisa realizada acerca das contribuições da escolarização para a permanência no campo de jovens, residentes na comunidade rural de Alecrim, localizada no município de Teofilândia/BA. A problemática surgiu a partir da percepção de que nos últimos anos houve uma redução da migração para as cidades de jovens mais escolarizados neste espaço rural. O que motivou a investigação foi o desejo de conhecer a existência ou não de relação entre a permanência dos jovens na comunidade e a escolarização adquirida em nível de Ensino Médio ou, como em alguns casos, o nível superior. A dinâmica de vida dos jovens do espaço rural investigado é singular, uma vez que a tendência da migração de jovens para a cidade é histórica dentro da própria comunidade, e do rural brasileiro em geral. A pesquisa realizada entre junho de 2007 a outubro de 2008 mostrou que a permanência no campo destes sujeitos está associada aos trabalhos desvinculados da agricultura adquiridos pelos mesmos no espaço rural.*

Palavras-chave: Juventude rural; Educação; Trabalho

INTRODUÇÃO

A discussão acerca da juventude no contexto rural tem sido uma atividade gratificante, uma vez que esta temática foi escolhida acima de tudo por uma questão identitária, já que investigo uma realidade em que estou inserida, pois além de ser jovem, resido na zona rural, e cotidianamente, vivencio os desejos, os desafios e as perspectivas, que constituem a vida de tais sujeitos.

Atualmente, emerge uma discussão provocada por pesquisadores, educadores, membros da sociedade civil e movimentos sociais sobre questões relacionadas às particularidades do contexto sócio-cultural das populações rurais, devido ao estereótipo que historicamente marcou o nosso país com uma tendência dominante de considerar a população que vive no espaço rural como atrasada e fora do lugar no almejado projeto de modernidade. Dentre outros fatores que contribuem para a construção dessa imagem negativa está o abandono a que foi submetido o mundo rural ao longo da história brasileira por parte dos governantes, não oferecendo sequer as mínimas condições de sobrevivência neste espaço.

¹ Autora: Graduada em Pedagogia (UNEB) e aluna do curso de Especialização em Educação e Pluralidade Sócio-Cultural (UEFS) E-mail: siqueiroz@yahoo.com

² Orientadora: Professora Adjunta do Departamento de Educação da Universidade Estadual de Feira de Santana. Email: nicebraga08@gmail.com



Não tem sido tarefa fácil para o jovem (ou qualquer sujeito que mora no espaço rural) assumir e valorizar-se enquanto morador do espaço rural. Mais difícil ainda tem sido permanecer no espaço rural enfrentando um conjunto de dificuldades relacionadas à ausência de políticas públicas necessárias às condições básicas da vida humana, fato que tem obrigado as populações do campo, principalmente os jovens, a migrarem para as cidades em busca de melhores oportunidades de sobrevivência.

Nesse debate insere-se a necessidade de se pensar acerca das dificuldades enfrentadas por um jovem rural para conciliar a escolarização e o trabalho. Diante do dilema, muitos acabam optando pelo trabalho, pois, muitas vezes, precisam complementar a renda familiar e, além disso, estão imersos numa sociedade capitalista onde o *ter* torna-se uma premissa básica para o reconhecimento social enquanto sujeito. Diante disso, muitos abandonam a escola, antes mesmo de concluir o Ensino Fundamental, e migram para o espaço urbano em busca de trabalho.

A evasão escolar de adolescentes, jovens e adultos no espaço rural, muitas vezes, está associada ao processo migratório para as grandes metrópoles em busca de uma vida melhor: profissão, emprego, estabilidade financeira, continuação dos estudos (2º e 3º graus), dentre outros fatores. Mas, nem sempre os objetivos almejados são realizados; muitos são submetidos a morarem nas regiões periféricas das cidades, enfrentando trabalhos em condições sub-humanas, com exigência de muito esforço físico além de má remuneração, levando-os a sofrerem cotidianamente um processo de marginalização e exclusão nos espaços urbanos.

Porém, começa a surgir nas últimas décadas, ainda timidamente, uma concepção mais consciente acerca da árdua vida no espaço urbano para os sujeitos que migram do campo. Na comunidade rural de Alecrim, localizada no município de Teofilândia/BA, existe um grupo de jovens que permanecem morando na comunidade de origem, sendo este o objetivo principal da investigação conhecer a existência ou não de relação entre a permanência dos jovens no espaço rural e a escolarização adquirida em nível de Ensino Médio ou, como em alguns casos, o nível superior.

A dinâmica de vida destes jovens do espaço rural investigado é singular, uma vez que a tendência da migração de jovens para a cidade é histórica dentro da própria comunidade, e do rural brasileiro em geral.

OS JOVENS RURAIS DE ALECRIM

O grupo participante da investigação composto por 08 jovens aqui são identificados como P1, P2... e P8. Os critérios de seleção do grupo basearam-se na escolarização em nível de Ensino Médio e moradia na comunidade rural de Alecrim. Dentre os 08 participantes, 05 continuam estudando: 01 está fazendo curso técnico de Enfermagem e 04 estão prosseguindo os estudos em busca do nível superior: 02 na universidade pública de ensino presencial (Universidade do Estado da Bahia), onde fazem um deslocamento diário de ida e volta, e 02 através no ensino privado a distância, FTC (Faculdade de Tecnologia e Ciência).

Apenas um dos participantes trabalha em atividade ligada à agricultura. Porém, um dado relevante para este trabalho, foi o fato deste participante ter migrado para São Paulo no final de janeiro de 2008 em busca de emprego. A pesquisa com os jovens alecrienses que permanecem no espaço rural de origem, apresenta algumas informações relacionadas ao gênero que favorece a



discussão (o que não é o propósito deste artigo), visto que dos oito participantes, seis são do sexo feminino. É importante ressaltar que das seis jovens, cinco continuam estudando (quatro estão na faculdade e uma faz o curso técnico de Enfermagem), são solteiras e todas trabalham como professoras no espaço rural onde vivem, ou no seu entorno.

Através da análise das falas dos sujeitos participantes da pesquisa e do aprofundamento teórico acerca da temática, foi possível identificar algumas relações entre a permanência no espaço rural e a escolarização dos jovens. Entretanto, pode-se perceber que a estabilidade financeira é determinante na “decisão” de *ficar* ou *partir*.

1. Emprego estável, preferencialmente fora da agricultura

De acordo com os reduzidos trabalhos que estudam a categoria juventude rural, “uma das questões que têm recebido atenção especial é o desejo dos jovens de permanecerem ou não no campo e as condições de realização desses desejos e de suas aspirações profissionais” (CARNEIRO, 2005, p.248). A pesquisa realizada buscou ouvir dos jovens alecrienses suas concepções e aspirações frente às condições de trabalho oferecidas no espaço rural onde moram.

Desta forma foi possível perceber que consideram uma condição importante para suas permanências no lugar onde vivem, além da possibilidade de continuarem estudando, a aquisição de empregos estáveis, preferencialmente fora da agricultura. Assim, parte-se do pressuposto de que “os jovens começam a manifestar o desejo de permanecer na localidade de origem desde que ocupados em outras atividades que não a agrícola” (CARNEIRO, 2005, p.253), ou, no caso dos sujeitos da pesquisa, que possam assumir papéis de liderança e administração de propriedades, serviços e produções na área agropecuária. Segundo o P2 “(...) é diferente, tipo assim, P4 apartar o gado de uma outra pessoa e ela apartar o próprio gado dela. É diferente. Diferente de você tá ali envolvido numa plantação que é sua ou você tá trabalhando na plantação de outra pessoa. Eu acho que esse fator interfere muito”.

Os discursos dos sujeitos da pesquisa quando são questionados sobre a hipótese de permanecerem morando no Alecrim, tendo como renda a agricultura ou pecuária revelam que a permanência poderia se dar, apenas, de acordo com as condições propostas. Sobre isso, P2 fala que “vai depender da posição que ia ocupar (...) ia depender se eu ia ter que plantar o feijão ou se eu ia gerenciar a plantação, tá entendendo? Ficaria tentando fazer desse espaço rural um meio de me estruturar financeiramente”.

Nesta mesma perspectiva, “montar um negócio próprio fora da atividade agrícola” (CARNEIRO, 2005, p.255) parece fazer parte dos projetos de permanência de alguns jovens como P5, que diz: “Depende da posição, porque se for para fazer o serviço na roça, não vai não, viu? (...) A condição seria essa: adquirir um meio de não precisar se sacrificar tanto na roça”.

Além da instabilidade financeira provocada pelo trabalho devido à questão climática, existe a fuga dos trabalhos da “roça”, considerada uma atividade pesada, sacrificante, que pode até trazer problemas à saúde, a exemplo da própria experiência de vida dos seus pais agricultores. Como ilustra o P3:

A gente vê, por exemplo, os nossos pais que já trabalharam há tanto tempo, batalharam e hoje ainda batalham pra sustentar. E a gente vê as condições deles



assim, de tá doente, as coisas que aparecem, né? E geralmente os pais falam que é pelo motivo do trabalho na roça. Aí a gente também fica assim, pensando também. Eles falam que não querem isso pra gente também porque a doença vem por causa de todo o serviço que teve antes...

Todos os sujeitos da pesquisa já trabalharam na roça, mas devido as condições de trabalho que possuem hoje não pretendem voltar a realizar atividades na roça; apenas se fosse na condição de empreendedor (a) ou administrador (a) dos próprios bens. Vale ressaltar que a maioria não tem condições financeiras para comprar terra e/ou animais para fins de gerenciamento do próprio negócio. Até mesmo os que adquiriram trabalho através de um vínculo empregatício que não oferece estabilidade (contrato temporário), não têm planos de migrarem para a cidade. Assim revela P3, professora contratada:

Eu não pretendo morar em *rua* (rua aqui é sinônimo de cidade) não. [...] a pessoa que sai pra uma cidade grande como P7 vai, como os meninos falam (*refere-se aos irmãos que moram em São Paulo*), tem que acordar 3h00 da manhã pegar condução pra chegar no serviço 7:00 h, volta 8:00 h ou 9: 00 h da noite e eles falam que se fosse pra eles vim pra cá eles gostariam muito e que pretendem um dia voltar porque a vida lá é muito corrida: a pessoa não tem direito a lazer, dia de sábado e domingo trabalha, até pro estudo fica difícil. Eu mesma não pretendo ir morar na *rua* de jeito nenhum. Porque também vem a questão de que a gente tá achando as condições por que o estudo agente tá achando por aqui. Por enquanto as condições tá dando pra levar. Porque é o que os meninos sempre falam que se agente ganha R\$ 100,00 ou R\$ 200,00 dá pra passar aqui porque agente tá em nossas casas, vem a questão de que planta na roça, dá pra passar.

Em linhas gerais, os jovens investigados demonstraram desinteresse acerca da possibilidade de migração para o espaço urbano. Porém, quando questionados sobre a condição da inserção em trabalhos vinculados a agricultura no espaço rural, como é o caso do P7, afirmaram que buscariam, sim, uma possibilidade melhor de futuro na cidade. Assim disseram:

- ✓ “Eu acho que eu ia pelo menos tentar estudar (...). (P4)
- ✓ “Eu mesmo já tinha ido para a cidade pra trabalhar”. (P7)
- ✓ “Eu também. Quase todo mundo que está concluindo o 2º grau não fala de fazer uma faculdade, prosseguir os estudos. O plano é terminar e ir para a construção civil”. (P6) (*Concluiu o Ensino Médio em 2007. Ele se refere aos colegas de classe*).
- ✓ “Tentaria”. (P5)
- ✓ “Tentaria também. Porque se tivesse estudado, tudo bem; se não, teria que sair para trabalhar mesmo” (P3).

Diante do exposto, é possível perceber que para a permanência dos sujeitos jovens no espaço rural é necessário um movimento conjunto de propostas e ações encaminhadas pela tríade estado-família-escola, principais instituições formativas do ser social e humano. A ausência desta parceria coloca os jovens atuantes neste contexto à margem da “decisão” de ficar ou partir, já que a condição financeira, adquirida no espaço rural ou fora dele, pelos próprios esforços e/ou pela família, torna-se o principal elemento para a permanência e para as condições desta permanência dos jovens no campo.



2. Continuação dos estudos

Os sujeitos investigados enfrentaram uma tarefa árdua para concluírem o Ensino Médio, visto que nos espaços rurais ainda é muito raro o oferecimento desta modalidade de ensino. Todos enfrentaram deslocamentos diários para as cidades mais próximas, a pé, de bicicleta, de carona e, em poucos casos, através de transporte próprio, sendo que, para isso sempre tiveram que conciliar o tempo para estudar e trabalhar, na agricultura ou não. Alguns até tiveram que deixar o espaço rural para morar na cidade na casa de parentes como avós e irmãos enquanto concluíam os estudos.

Para os que estão prosseguindo os estudos em busca do nível superior também não está sendo nada fácil, devido ao deslocamento físico, o investimento financeiro com transporte, material acadêmico, alimentação, mensalidades - para os que cursam ensino privado à distância, dentre outras despesas. Percebe-se, então, que a continuação dos estudos para os jovens rurais é um processo que demanda muito esforço, força de vontade, persistência, e que é, ainda, um privilégio de poucos, pois nem todos possuem a estrutura financeira necessária para a manutenção das despesas exigidas.

Sobre as dificuldades enfrentadas pelos jovens que moram no espaço rural para continuar estudando, Reis (2004, p.31) já havia afirmado que:

Estudar e concluir o 2ª grau e o 3ª graus se torna um sonho que só será possível para os que moram no campo quando esses abandonam o local onde moram para estudar na cidade, o que se torna um dado quase insignificante, devido à falta de condições por parte dos pais em manter o filho estudando, já que, muitas vezes, este seria mais uma ajuda na busca de complementação da renda familiar.

É possível perceber que a permanência dos jovens participantes da pesquisa no espaço rural de origem possui uma relação direta com a escolarização em nível de Ensino Médio, já que, analisando os trabalhos adquiridos por eles, percebe-se que seis trabalham como professoras e um como vigilante. No caso do P6, que no concurso realizado para vigilante, exigia o Ensino Fundamental completo, pode-se pensar que o fato de já ter concluído o Ensino Médio pode o ter colocado em uma situação vantajosa em relação aos outros concorrentes, contribuindo significativamente para a sua aprovação.

A permanência no espaço rural de Alecrim associada à continuação dos estudos (curso técnico e faculdade) na cidade é citada por P4 como uma condição necessária à garantia do trabalho que exerce no próprio espaço rural de Alecrim: “No nosso caso, eu acho que a gente tá tentando acompanhar pra o nível de ficar aqui”. A participante se refere à política educacional de incentivo a formação docente. Como professora, cursar uma faculdade assegurar-lhe-ia o exercício de sua profissão, pois atenderia a determinação da LDB (Lei de Diretrizes e Base da Educação) que exige formação específica, em nível superior, na área de atuação.

Diante do exposto não se pode perder de vista que, de acordo com as condições de permanência dos sujeitos investigados no Alecrim, fica claro que a possibilidade de continuar estudando está associada à condição financeira, seja adquirida pelo próprio sujeito através do trabalho, seja pela estabilidade financeira da família. Isso porque os que conquistaram um espaço na universidade pública precisam fazer um alto investimento financeiro no deslocamento físico do espaço rural para a cidade (P1 chega a gastar quase 50% do salário com o transporte para a



faculdade); já os que fazem cursos superiores à distância não gastam muito com o deslocamento, mas pagam as mensalidades.

Neste contexto, pode-se perceber que o custo financeiro para o jovem que mora no campo prosseguir os estudos torna-se algo distante das possibilidades de muitos, principalmente dos que não possuem uma renda estável como é o caso do P7. No caso específico dos jovens que continuam estudando esta condição parece está fortemente associada à possibilidade da renda estável, pois os seus salários praticamente servem para manterem o estudo. A estabilidade financeira garantida por atividades não ligadas as incertezas da agricultura ou pecuária torna-se um indicador importante na “decisão” desses jovens prosseguirem os estudos.

Os demais participantes da pesquisa que não estão estudando argumentaram que não possuem condições financeiras para fazer um curso técnico ou uma faculdade. P7 ilustra a afirmação, dizendo:

Eu pretendo fazer mais adiante, quando eu tiver dinheiro para pagar um curso (...). Primeiramente se você quiser fazer um curso técnico em mecânica, por exemplo, você vai ter que sair daqui pra Feira de Santana os cinco dias da semana. Se você for morar lá, tem que pagar aluguel, comida, energia, água...

Neste sentido, fica claro a ausência de investimento do governo, no que diz respeito à criação de políticas públicas em prol do crescimento profissional e educacional do público jovem que habita nos espaços rurais, restando-lhes contar, apenas, com suas próprias forças e o apoio da família nos projeto futuros (CARNEIRO, 2005, p. 256).

Mesmo já tendo consciência de que, em muitos casos, o deslocamento para a cidade não é o melhor caminho para “construir um futuro”, às vezes, é a falta de condições para a permanência no campo que obriga os jovens a tentarem buscar na cidade o que o campo não oferece.

Neste sentido, não se pode esperar outra reação, se não a que boa parte destes moradores tem adotado, que é a ida em massa para os grandes centros, provocando uma evasão do campo, já que ao longo da história, os serviços básicos de atendimento ao ser humano, o incentivo ao crédito, a geração de emprego e renda, investimentos, entre outros foram privilegiados para serem implantados apenas nos grandes centros urbanos, enquanto que, no meio rural, a pobreza persiste (REIS, 2004, p. 25-26).

Parafraseando o P7, é justamente por sofrer cotidianamente o processo de descaso público no que diz respeito às necessidades básicas da vida das populações do campo e às dúvidas e inseguranças em relação ao trabalho na agricultura que se sente obrigado a tomar a decisão de *partir* para São Paulo em busca de trabalho. Como ele mesmo diz:

(...) aqui na roça a gente tem a tranqüilidade, mas o dinheiro é pouco. Se tivesse um trabalho certo que todo mês você ganhasse a mensalidade certinha?! Mas... Você trabalha hoje, ganha um tanto, amanhã já ganha menos, aí complica mais por causa disso. Aí a pessoa vai pra lá pra ver se consegue um trabalho fixo. Se eu tivesse um trabalho aqui certo que tivesse um salário “mais ou menos” eu também não sairia daqui não.



A permanência no espaço rural através da sobrevivência da agricultura apenas como um diarista não estaria de acordo com as suas perspectivas de vida dos sujeitos jovens do campo, pois é difícil “(...) morar na zona rural onde os meios empregatícios dependem das condições climáticas; quando chove, tem emprego, quando não chove não tem emprego. Aí é problema pra quem não tem remuneração direta, pra quem faz bico” (P1).

À luz dos teóricos que discutem as questões referentes à condição juvenil no campo e às falas dos jovens participantes da pesquisa percebe-se que o apoio dos pais à escolarização dos filhos está muito associado à busca de melhores condições de vida, preferencialmente fora da agricultura. Por isso não fica explícito o apoio da família para a permanência dos jovens no espaço rural, levando a conclusão de que a família não é determinante na “decisão” de ficar no campo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O resultado desta investigação mostra a necessidade de políticas públicas específicas para o campo, voltadas ao incentivo e apoio à permanência do jovem no espaço rural. A migração está muito relacionada à falta de oportunidade no espaço rural de origem, deixando o jovem inseguro quanto a sua instabilidade financeira.

Neste contexto, o espaço urbano surge como uma possibilidade de melhores condições de vida, através da carteira assinada, de um salário mensal fixo, mesmo precário, e de uma possibilidade de, no futuro, voltar ao espaço rural e viver dignamente usufruindo dos recursos financeiros adquiridos, o que em muitos casos não passa de uma ilusão.

Por isso, a escola precisa ser um instrumento de preparação do sujeito para a permanência no espaço rural, e não para o contrário, como temos visto. A escola do campo precisa ter uma proposta política pedagógica voltada para a valorização das especificidades da vida neste contexto, tendo os educandos como partícipes da construção e transformações das condições de vida no meio rural.

Estas transformações não significam trazer a urbanização para o espaço rural, mas sim, trazer condições dignas de sobrevivência no que diz respeito ao atendimento das necessidades básicas da vida humana como saúde, educação, saneamento básico, dentre outros, e possibilitar o acesso à informação e inserção no mundo tecnológico e globalizado atual.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Célia Maria de Castro e MOREIRA, Maria Candido. **Educação intercultural**: uma experiência em assentamento rural. Presente! Revista de educação. ANO XIV-Nº 52.

CARNEIRO, Maria José. **Juventude rural: projetos e valores**. In: Retratos da juventude brasileira: Análise de uma pesquisa nacional. ABRAMO, Helena, BRANCO; Pedro P. M. (orgs). São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2005.



_____. O ideal rurano: campo e cidade no imaginário de jovens rurais. In: TEIXEIRA DA SILVA, F. C., SANTOS, R., COSTA, L. F. C. (orgs.) **Mundo rural e política. Ensaio interdisciplinares**. Rio de Janeiro, Campus/Pronex, 1998

CAVALCANTE, Ludimila Oliveira Holanda. **A escola família agrícola do sertão: entre os percursos sociais, trajetórias pessoais e implicações ambientais**. Tese de doutorado: Universidade Federal da Bahia: Salvador, 2007.

LEITE, Sérgio Celani. **Escola rural: urbanização e políticas educacionais**. São Paulo: Cortez, 1999.

REIS, Edmerson dos Santos. **Educação do Campo e Desenvolvimento Rural Sustentável: avaliação de uma prática educativa**. Juazeiro-Bahia: Gráfica e Editora Franciscana, 2004.

ROSAS, Eduardo Nunes Leite. “Rapazes da roça” na “cidade grande”: trabalho, sociabilidade e projetos. Dissertação de mestrado. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. 2006.

SANTOS, Fábio Josué Souza. **Por uma escola da roça**. Revista da FAEEBA-Educação e Contemporaneidade, Salvador, v.12, n.19, p.147-158, jan. /jun., 2003.

SILVA, Vanda. **Jovens de um rural brasileiro: Socialização, Educação e Assistência**. Cad. Cedes, Campinas, v.22, n. 57, agosto / 2002, p.97-115.

SOUZA, Maria Antônia de. Educação do Campo: **Trajetória, parcerias e práticas pedagógicas**. In: Conhecimento local e conhecimento universal: diversidade, mídias e tecnologias na educação. Curitiba: Champagnat, 2004.